

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVII



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2019.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVII

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/00000>

A I Guerra Mundial e o Pós-Conflito, Político e Militar

JOSÉ LUIZ PINTO RAMALHO

Quando, na manhã do dia 11 de Novembro de 1918, o telegrama remetido pelo Comando Britânico anunciava ao CEP, o Armistício que o Marechal Foch, por parte dos Aliados acabava de assinar em Compiègne era lacónico, “Hostilities cease at 11-00 hours today 11th”, o sempre tão recordado, “11 do 11 às 11 Horas”. Ao silêncio das armas, seguiu-se, por toda a Europa àquela hora, o repicar dos sinos, das aldeias às cidades, anunciando o fim do conflito e acabando para milhões de famílias a angústia da hora da chegada do correio e da apreensão de que o carteiro pudesse aparecer à porta com uma notificação de morte.

A seguir ao Armistício seguiu-se a preparação do Tratado de Versalhes, tendo a sua construção sido levada a cabo pela Conferência da Paz que teve lugar nos arredores de Paris, decorreu entre 18 de Janeiro e 28 de Junho, incluiu 58 Comissões diversas e reuniu em conjunto 1 646 vezes. A assinatura do Tratado de Versalhes teve lugar na Sala dos Espelhos, a 28 de Junho de 1919, precisamente cinco anos depois do assassinato do arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo.

Os famosos catorze pontos constituíam os princípios e objectivos da entrada na Guerra por parte dos EUA, com destaque para a diplomacia aberta, liberdade marítima, desarmamento geral, retirada das barreiras comerciais, decisão imparcial quanto às pretensões coloniais, devolução da Bélgica, evacuação do território russo e fundação da Sociedade das Nações.

Com a assinatura do Tratado de Versalhes e de outros que se lhe seguiram, assistiu-se ao que poderemos chamar do estabelecimento de uma nova ordem internacional, com novas regras e novos actores e com um novo mapa político, mas também à prevalência de um clima de ressentimentos, que não evitou sentimentos escondidos de vingança, desforra e de humilhação os quais, desde essa data, fragilizaram a intenção de uma paz duradoura.

O Tratado de Versalhes juntou, na sua preparação, trinta e dois países, excluindo os vencidos e a URSS (que assinara o tratado de Brest-Litovsk com a Alemanha,

em Março de 1918), estiveram presentes 70 representantes plenipotenciários, mas as decisões foram tomadas pelos EUA, Grã-Bretanha e França (por esta ordem).

Os vários Tratados que modificaram o equilíbrio geopolítico na Europa começaram com o Tratado de Saint Germain-en-Laye (1919) e de Trianon (1920), que extinguiram o Império Austro-Húngaro, o Tratado de Neuilly (1919), que dividiu a Bulgária pelos países vizinhos, o Tratado de Sévres (1920), que consagrou o desmembramento do Império Otomano e, ainda, a constituição da Sociedade das Nações, sediada em Genebra em 1920, que irá conferir um mandato à Grã-Bretanha sobre a Palestina e a Mesopotâmia e outro à França sobre a Síria e o Líbano. Foram ainda constituídos novos Estados, a Finlândia, a Estónia, a Letónia e a Lituânia emancipando-se da tutela russa, reconstituiu-se a Polónia, também a Checoslováquia, a partir das províncias do norte da Áustria-Hungria, e formou-se a Jugoslávia com sérvios, croatas, eslovenos, mais o Montenegro, a Bósnia-Herzegovina, a Dalmácia e parte do território da Macedónia.

A União Soviética perdeu vastos territórios que pertenciam ao império czarista, milhões de europeus foram deslocados das suas regiões de origem ou tiveram de fugir da opressão, em várias áreas as aspirações nacionais das populações foram frustradas, ou ficaram sob tutela de outra minoria e os conflitos nacionalistas e as revoltas trouxeram clara instabilidade à Europa do pós-guerra.

No final da guerra, como seria de esperar, a economia mundial, e em particular a europeia, estava fragilizada com fortíssimos endividamentos resultantes do conflito, situação económica e social que, dez anos depois da assinatura do Tratado de Versalhes, em 29 de Outubro de 1929, com o *crash* da bolsa de Nova Iorque e o início da Grande Depressão, terá na Europa influência decisiva na criação de partidos radicais. Esta situação esteve na origem de uma radicalização europeia que fez os eleitores europeus aderirem aos partidos extremistas de direita ou de esquerda. Na Grã-Bretanha e França, a democracia foi suficientemente forte para resistir, mas na Alemanha e nos países do Leste Europeu surgiram os regimes autoritários que esmagaram as oposições, assim como em Espanha e na Itália. A situação social passou a ser explosiva, com cerca de 23 milhões de desempregados no mundo e, no caso da Alemanha em 1932, a taxa de desemprego era de 40% e a produção baixara aos níveis do século XIX.

Esta era a situação político-social na Europa depois do Armistício e durante um período de vinte e um anos, em que esperança de uma paz duradoura se foi

dissipando, os ressentimentos do passado recente se agudizaram e levaram a uma nova guerra. Importa assim não perder de vista esta evolução, embora descrita de forma breve, considerando igualmente as grandes questões que marcaram o decorrer da I Guerra Mundial, tirando lições das mesmas e situando também aquilo que foi a participação nacional. Voltarei a mais alguns aspectos sobre esta temática, no decorrer da minha intervenção.

Nestes últimos anos, temos assistido a uma reflexão aprofundada sobre a participação nacional na guerra, nas suas múltiplas dimensões, o que constitui um exercício muito positivo e que deve permitir gravar um conjunto de lições aprendidas, que a memória nacional não poderá esquecer, para o futuro.

Na evocação do 1.º Centenário da Primeira Guerra Mundial importa realçar que a participação nacional tem duas dimensões, conhecidas de forma diversa. O desempenho do Corpo Expedicionário Português (CEP) no Teatro de Operações Europeu, mais concretamente na Flandres, bem conhecido e profusamente documentado, e outra, que teve lugar antes da “declaração formal da guerra” pela Alemanha e que ocorreu no Teatro de Operações Africano, em Angola e em Moçambique, num esforço militar de defesa da integridade daqueles dois territórios.

Neste primeiro conflito, designado de mundial, confrontaram-se duas visões estratégicas da guerra, que constituíram os fundamentos das modernas doutrinas militares, que vieram a ter expressão estratégica visível em 1939–45, na II Guerra Mundial. Em 1914, confrontaram-se o rumo da diplomacia e pensamento militar alemão, influenciado pela visão Clausewitziana do mundo e da sua percepção de que a guerra era a continuação da política por outros meios, com o pensamento militar francês, ainda fortemente influenciado pelas doutrinas napoleónicas, com o exército de massas, apoiado nos valores nacionais, continuando a apostar na ofensiva frontal, para provocar a ruptura física e moral do adversário.

Durante a I Guerra Mundial, assistimos a uma concentração de efectivos e de meios de apoio de fogo, a par da necessária tonelagem de munições nunca vista, até então. Uma frente marcada por uma linha de trincheiras, guarnecidas por efectivos significativos, apoiadas por milhares de metralhadoras, morteiros, obuses e peças de artilharia de diversos calibres, dispondo ainda de reservas de efectivos, em quantidade e prontidão, para reconstituir as linhas de defesa. Viviam-se o paradoxo das condições de vida que tinham erradicado o flagelo da doença

como principal causa de morte durante a guerra, o declínio da mortalidade infantil e um aumento de esperança de vida, em relação ao século anterior, para uma disponibilidade de recrutamento e mobilização de efectivos, que avançavam para uma chacina que aumentava de forma descontrolada de ano para ano.

Em Setembro de 1915, o exército francês já tinha contabilizado um milhão de baixas, cerca de um terço mortos nas batalhas de Marne, Aisne, Picardia e Champagne; na batalha de Verdun, em 1916, perdeu 500 mil soldados, entre mortos, feridos e desaparecidos e o exército alemão mais do que 400 mil. Em Novembro de 1918, a França tinha perdido 1,7 milhões de jovens de uma população de 40 milhões, a Itália 600 mil em 36 milhões, o Império Britânico cerca de 1 milhão, dos quais 700 mil dos 50 milhões que viviam nas ilhas Britânicas. A Alemanha perdeu mais de 2 milhões de uma população de 70 milhões antes da guerra.

A industrialização, o caminho-de-ferro, a mecanização da agricultura, a par da disponibilidade dos exércitos nacionais de conscrição, permitiam concentrar nas frentes de combate, nas trincheiras, “uma multidão” de militares, toneladas de munições e sustentar os efectivos mobilizados; em termos militares, a velocidade logística e o reabastecimento de efectivos eram superiores à velocidade operacional, o combate fazia-se a pé ou a cavalo, pois o motor só no final da guerra terá uma actuação mais preponderante, assim como o carro de combate e o avião que, só nessa altura, deixam de ser encarados como vectores de apoio ou de recurso.

Estas eram as realidades da estratégia militar nos teatros europeus. Nos “designados campos de operações exteriores”, nos teatros extraeuropeus, o planeamento metódico da guerra, nos moldes doutrinários praticados pelos estados-maiores, num quadro operacional de frentes bem definidas, nem sempre foram válidos ou possíveis. Nesses teatros, o sucesso militar e político foi obtido através de uma manobra militar, que combinava acções de combate tradicionais, com a revolta das populações autóctones, com acções militares clandestinas, incluindo a sabotagem e as acções sobre a retaguarda inimiga.

A pouca divulgação das operações que constituíram as campanhas no Médio Oriente e em África contribuiu para que se tornassem lições esquecidas, quer no domínio das acções clandestinas, quer da acção psicológica, que teriam evitado não só naquelas regiões, como também na Ásia, que o Ocidente fosse surpreendido pelo despertar dos nacionalismos e pelo sentimento de autodeterminação,

espontâneo ou provocado, dos povos sob tutela. Merece especial destaque, a obra do Coronel Lawrence “Os Sete Pilares da Sabedoria”, sobre a Guerra no Médio Oriente, nos domínios psicológico e ideológico, assim como a descrição de operações tácticas e de nível estratégico, mas conduzidas fora das normas doutrinárias da I Guerra Mundial.

Porque é importante aprender com os erros para, pelo menos, os não repetir, lembro as recentes palavras de S. Ex.^a o Presidente da República, na Cerimónia Militar do dia 10 de Junho, e passo a citar: “Lançado inesperadamente numa Guerra que estava longe de prever, o país viu-se em dificuldade, com um Exército desprovido de organização apropriada, sem uniformes, sem armamento, sem munições sem transportes e sem dinheiro (...) Houve incúria na preparação, alheamento na execução e esquecimento no regresso. As decisões tomadas nos corredores de Lisboa não se revelaram ajustadas, ignoraram os avisados pareceres militares, interferindo abusivamente na acção de Comando”.

Infelizmente, na actualidade, perante uma atitude reducionista, persistente, de efetivos e de capacidades, relativamente às Forças Armadas, sob a capa reformista, tornam estas afirmações como percepções premonitórias de uma indesejável realidade, objeto de múltiplos alertas, mas não tida em conta, nem discutida, fruto de uma opacidade justificativa, no mínimo, escudada numa perigosa indiferença.

Actualidade, porque se assiste na Europa a um conjunto de acontecimentos perturbadores da paz e estabilidade internacionais, ao não atendimento de importantes questões ligadas à segurança, quer sejam os conflitos abertos, quer os radicalismos políticos ou de qualquer natureza, as tendências separatistas, os nacionalismos xenófobos, ao racismo e a uma maior expressão política dos partidos políticos extremistas. A indiferença europeia, leia-se dos seus Estados-membros, relativamente às questões de segurança que lhe dizem directamente respeito é, no mínimo, preocupante.

Tal como no período que antecedeu a I Guerra Mundial, hoje, a insegurança e a alteração do protagonismo de certos países na Europa, embora não de cariz militar, levantam os mesmos receios do passado e materializa uma outra ordem social, económica e política, que percepção uma alteração qualitativa e o desfazer de uma previsibilidade da ordem em que se vivia.

A I Guerra Mundial foi um laboratório de ideias e de experiências, quer no plano e exercício da política, quer no domínio militar, e teve dois pólos de

exercício e execução, que são conhecidos de forma desigual, mas cuja relação estratégica não deve ser ignorada e constitui, ainda hoje, campo de investigação a estimular.

Na Europa, a avaliação do conflito, das causas e consequências políticas e da atuação militar estão profusamente documentadas, contudo, nos “campos de operações exteriores”, o mesmo não acontece, seja em termos internacionais seja, em particular, no caso nacional. A pouca divulgação destas campanhas dedicada ao esforço militar de Portugal nos teatros africanos de Angola e de Moçambique, constituiu lições esquecidas, que irão surpreender os poderes coloniais, a partir da década de cinquenta, do século passado.

De entre os objetivos políticos e estratégicos da Alemanha, na I Guerra Mundial, para África e para o Médio Oriente, constava, a partir das palavras do Kaiser, “que era necessário inflamar o nacionalismo do mundo islâmico e africano, contra essa nação odiada de mercadores (leia-se a Inglaterra) e empatar os exércitos coloniais, dividindo forças e evitando o reforço da Europa com aqueles meios — esta situação permitiria compensar o impasse europeu e procurar sucessos e vitórias nos territórios extraeuropeus.

Da informação disponível, o empenhamento militar nacional nos teatros de Angola e de Moçambique materializou-se num esforço que fez passar uma guarnição militar, basicamente de recrutamento ultramarino, enquadrada por quadros provenientes do continente, de cerca de 1 500 soldados, para um reforço de efetivos naqueles territórios de quase 50 000 militares, durante todo o período da guerra. Destes efetivos, estão contabilizados, segundo as estimativas mínimas, um total de mais de 5 500 militares mortos e um número indiscriminado de indígenas, guias, carregadores e auxiliares, que certamente excedem as estimativas referidas, em Angola e em Moçambique, durante o período do conflito.

Durante os primeiros anos da I Guerra Mundial, e em particular durante o ano de 1918, as forças portuguesas, juntamente com ingleses e belgas, irão combater as forças coloniais germânicas, designadamente as comandadas pelo Coronel Paul Von Lettow-Vorbeck, em Moçambique, na África Oriental Alemã e no norte da Rodésia.

O envolvimento militar de Portugal Na I Guerra Mundial, e sua preocupação em garantir a soberania em Angola e em Moçambique, tem razões políticas bem conhecidas, ligadas, em primeiro lugar, à legitimação do regime, nascido a 5 de

Outubro de 1910, mas também à presença colonial naqueles territórios, assim como alguma expectativa de que, no final do conflito, a mesma pudesse ser, inclusive, ampliada. São conhecidas as movimentações nacionais, embora não atendidas, relativamente à África Oriental Alemã, antigo Tanganica e a actual Tanzânia, que faz fronteira com Moçambique; dessas pretensões serão apenas respeitadas as nossas legítimas reclamações relativas ao triângulo de Kionga, no norte, junto ao Rovuma.

Quanto ao empenhamento na Europa no Teatro de Operações da Flandres, traduziu-se, em termos nacionais, na mobilização de cerca de 60 000 militares para França, e nas características do próprio conflito que, em termos operacionais e táticos, fazia uma utilização da infantaria de forma massiva e temerária, que a metralhadora massacrava, que criou o impasse da guerra de trincheiras e passou a utilizar os sapadores para construírem túneis e minas, criando uma nova vertente tática daquele combate, de minas e contra-minas, escavando de ambos os lados dos contendores, quilómetros de galerias; também a guerra química, o uso de gases a partir da batalha de Ypres, pelos alemães, tornou ainda mais diferente, qualitativamente, o combate. Serão o avião e o carro de combate, no final da guerra, que farão a diferença e determinarão o término e o resultado do conflito de 1914-18.

Continuam a ser necessárias, e sempre muito úteis, as iniciativas que trazem ao conhecimento das opiniões públicas, quer internacional, mas em particular em termos nacionais, o que se passou com o País e com as Forças Armadas, nos momentos, nas circunstâncias e nas consequências, sempre que foi necessário utilizá-las para garantir e defender o interesse nacional.

Quando se prefere ignorar os factos, aqueles que elegem as suas opções em função do compromisso político, em detrimento da coerência estratégica e, relativamente à estratégia militar, privilegiam o que “querem fazer” em vez de responderem às exigências da conjuntura, criam irresponsavelmente condições para os desastres e, tal como ontem, hoje, perante a conflitualidade actual e a sua dimensão política e estratégica, “não há milagres de Tancos”, que os possam atenuar.

Portugal entrou oficialmente na guerra, na Europa, depois da Declaração de Beligerância por parte da Alemanha, em 9 de Março de 1916, sendo também de referir, pelo seu significado, a chegada das primeiras tropas dos EUA, a França, em Abril de 1917.

A ideia alemã de que o conflito conduzido de acordo com o Plano Schlieffen levaria à derrota da França, em poucas semanas, gorou-se e transformou-se numa guerra de atrição e de fixação de trincheiras, desde a fronteira suíça até ao Canal, onde se acumulavam materiais e efectivos e em que, durante anos, a artilharia procurava abrir brechas, numa floresta de organizações de terreno, de crateras de projecteis anteriores, de arame farpado e de destroços humanos e materiais, que permitisse uma efémera exploração do sucesso e que, no final da sua avaliação, se traduzia em milhares de mortos, feridos, desaparecidos e no impasse da situação operacional.

A I Guerra Mundial assumiu-se, essencialmente, como uma guerra de trincheiras, onde predominava a organização do terreno e o arame farpado e em que a Artilharia e a Metralhadora eram as armas por excelência e também, como refere John Fuller, progredir 100 metros equivalia a muitos milhares de mortos e de feridos.

Durante todo o período do conflito, as lideranças político-militares encararam, de forma condenável, o factor humano como uma “commodity”, de utilização intensiva, cuja única preocupação era provocar a exaustão do lado oposto. Os comboios transportavam efectivos como se fossem “turnos de trabalhadores”, cuja primeira tarefa era serem empregues na construção e manutenção das trincheiras, dos abrigos subterrâneos e nas sapas, constituindo estas, como refere Neil Fergusson em a “Guerra no Mundo”, uma espécie de exploração mineira.

Como que se tratasse de intervalos desses trabalhos, eram chamados a agirem operacionalmente, saíam das trincheiras e expunham-se aos fogos de artilharia, os maiores responsáveis pelo número de baixas causadas, assim como às metralhadoras, a arma mais importante da guerra das trincheiras que dizimavam as formações da infantaria, que tentavam atravessar e progredir na “terra de ninguém”.

Sobre a realidade da vida nas trincheiras, John Keegan no livro “Uma História da Guerra”, relata a experiência de um aviador francês que, das alturas observava as movimentações no terreno e referia: “as trincheiras pareciam tocar-se, os homens movimentavam-se lentamente e eram meros pontos, contudo duas manchas negras permaneciam imóveis; eram duas missas em lados opostos e à mesma hora; a vida de cada uma das trincheiras era o reflexo da outra”.

A contagem das baixas da I Guerra Mundial continua a fazer-se ainda hoje, nos terrenos de Verdun; o memorial ali existente continua a receber ossadas,

encontradas em escavações que vêm sendo feitas nos locais das trincheiras e dos quilómetros de minas, cavados pelos sapadores durante o conflito. Estima-se que o conflito tenha provocado nos beligerantes 10 milhões de mortos e 30 milhões de feridos, desaparecidos e inválidos, representando, em todos os países intervenientes, uma geração desperdiçada. Aquando do Armistício, o CEP tinha registado 2 160 mortos, dos quais 239 em processo de identificação, 5 224 feridos e 6 678 prisioneiros no inimigo; todas estas baixas representavam cerca de 24% do seu efectivo total, que ultrapassava os 60 000 militares. No cemitério militar português de Richebourg-l'Avoué, em França, são mantidas 1 831 campas e no cemitério de Boulogne-sur-Mer existem mais 44 campas.

O Tratado de Versalhes constituiu o resultado de uma negociação extremamente difícil, entre os vencedores, e que nunca conseguiu ultrapassar as divisões, diferenças de posições e objectivos nacionais e acabou por criar ressentimentos entre os participantes. A França estava empenhada em esmagar a Alemanha, o Reino Unido queria utilizar esta como um instrumento político relativamente à Rússia, esta sentia-se num ambiente em que era vista com desconfiança e os EUA, pela mão do Presidente Wilson, assumiu uma postura de superioridade moral, mal aceite por todos os outros, designadamente em relação ao seu plano de 14 pontos, (Clemenceau referia-se ao exagero do mesmo, acrescentando que Deus quando escreveu os mandamentos tinha-se ficado por 10). Relativamente à Itália, esta sentia-se traída por não receber os territórios que lhe tinham sido prometidos quando se juntou aos Aliados, assim como o Japão a quem, para além de situação idêntica, lhe foi negada a “cláusula de igualdade” de grande potência, de uma forma discriminatória. A assinatura do Armistício e a imposição das condições de paz à Alemanha, através do Tratado de Versalhes, ao contrário de concretizar o “fim da guerra que acabava com todas as guerras”, acabou por lançar os ressentimentos que conduziram, vinte e um anos depois, a um novo conflito mundial; a tradicional euforia da vitória, associada à indiferença relativa à evolução da conjuntura internacional, para além da imprevidência dos aliados, a falência da Sociedade das Nações, prevista no Tratado, a passividade perante o rearmamento alemão e as profundas consequências sociais causadas pela I Guerra Mundial, na Rússia e na Europa Central, acabaram por conduzir a tal desfecho.

O fim da I Guerra Mundial demonstrou a importância do emprego do carro de combate e do avião, alterando decisivamente o curso dos acontecimentos a

favor dos Aliados e a derrota da Alemanha. Mas esta será um lição aprendida pela estratégia militar alemã, que associava às causas do insucesso da sua Infantaria o facto de terem perdido a “guerra das tecnologias”, para os aliados, não dando a importância devida “ao telégrafo sem fio, às metralhadoras, aos carros de combate, ao aeroplano, à guerra de gás, ao submarino e à utilização do torpedo”; igualmente o inconveniente do comando de Moltke, a centenas de quilómetros da frente dos exércitos e o atraso na informação sobre o desenvolvimento das operações, não deixou de ser devidamente avaliado.

O fim da I Guerra Mundial e o começo da Segunda ilustram bem as Leis da Guerra, respectivamente, da Semelhança (a próxima guerra começa como terminou a anterior) e da Evolução (a melhoria dos materiais e sistemas de armas, a par da actualização e aprofundamento das doutrinas militares), se tivermos em conta que o rearmamento alemão estabeleceu as suas prioridades no levantamento das suas Divisões Panzer e na doutrina da *blitzkrieg*, na produção de submarinos U-boat e na concretização da sua nova *Luftwaffe*; será com estes instrumentos militares que a Alemanha irá dar início ao novo conflito.

Um conjunto de personalidades fará escola na I Guerra Mundial, na guerra das trincheiras ou participará na acessória das decisões militares; vinte e um anos depois seriam actores principais após a eclosão da II Guerra Mundial.

Hitler foi Cabo Mensageiro na guerra das trincheiras, ferido várias vezes, gaseado e condecorado várias vezes também, será desmobilizado; junta-se aos demais veteranos, que partilham a revolta pela humilhação que consideravam ter sido a assinatura do Tratado de Versalhes, universo que irá constituir o núcleo de um partido paramilitar em 1921, mais tarde o Partido Nacional Socialista, partido nazi que pronuncia uma nova ordem. Em 1933 é eleito Chanceler e irá fundar o III Reich; durante todo este tempo, nunca escondeu a sua admiração por Mussolini e pela simbologia legionária que este utilizava, tendo adoptado inclusive a “saudação romana” para a sua manifestação política.

Winston Churchill vai fazer a guerra das trincheiras como forma de, pessoalmente, se redimir daquilo que considerava terem sido as suas responsabilidades no desastre de Galipoli e, depois da guerra, volta a ser nomeado para o mesmo cargo que já desempenhara no Almirantado e chega a Primeiro-Ministro, em permanente desconfiança para com a política que a Alemanha desenvolve e será na Guerra o seu principal opositor.

De Gaulle é preso durante a guerra durante dois anos na Alemanha, liberto no final, volta ao Exército, sendo colocado na Escola Militar, encarregado do ensino do emprego operacional dos carros de combate e virá a ser a voz e a face da Resistência e da França Livre.

MacArthur e George S. Patton conhecem-se no campo de batalha, na ofensiva de Saint Michel, durante a I Guerra Mundial e, no final da guerra, o primeiro vai comandar a Academia de West Point e o segundo é colocado em Fort Meade, onde se dedica a desenvolver a doutrina de emprego dos carros de combate; na II Guerra Mundial o primeiro assumirá o comando das forças americanas no Pacífico, contra o Japão, e o segundo voltará à Europa e estará presente em várias campanhas, designadamente, à frente do III Exército que travou a última grande ofensiva alemã das Ardenas.

Do lado italiano, Benito Mussolini tem uma passagem breve na I Guerra Mundial, cerca de oito meses, contudo atinge o posto de sargento, por mérito e é ferido com gravidade e desmobilizado; torna-se jornalista político, pugna pela reposição da dignidade da Itália que considerava desrespeitada pelo Tratado de Versalhes, virá a fundar o Partido Fascista em 1919, assume o “Poder” em 1923, tornando-se o Duce e vai dar início uma política agressiva, que o leva a invadir a Abissínia, em 1935, e, em 1939, a Albânia.

Quanto a Lenine e Estaline, fazem a Revolução Bolchevique na Rússia, assumem o poder em 25 de Outubro de 1917, fazem a paz com a Alemanha com o tratado de Brest-Litovsk, o que permitiu a esta encerrar a frente leste e concentrar as suas forças a oeste; a URSS é implantada em 1922 e, paralelamente, a III Internacional, o Komintern, inicia uma política ideológica de divulgação na Europa, do internacionalismo marxista.

No Japão, Hideki Tōjō, oriundo de uma família de Samurais, luta na Sibéria na guerra de 1904–1905 e ganha o seu anti-americanismo fruto de um sentimento nacional, de que o Tratado de Portsmouth que pôs fim à guerra, conduzido por Theodore Roosevelt tinha servido para enganar os japoneses. Em 1919 vai para a Alemanha como adido militar e acompanha e sente como suas, as queixas alemãs relativas ao desenrolar da Conferência de Paris, considerando também ele que era necessário repor a dignidade nacional do Japão. Chegará em 1941 a Primeiro-Ministro e foi uma das vozes apoiantes do ataque a Pear Harbour.

Em termos nacionais, eram evidentes as dificuldades de organização, as carências de equipamentos e armamento, incluindo munições, as incúrias na preparação e na execução, para além de intromissões abusivas na acção de comando e ignorância dos pareceres militares pela tutela política, que necessariamente influenciaram o desempenho operacional do CEP.

O jornal *A Capital*, de 7 de Junho de 1915, também já transcrito no *Jornal do Exército* de Março deste ano, referia o seguinte: “o Exército sabe muito bem que a sua missão é bater-se (combater), quando e onde a nação entender que é necessário (...) mas o Exército porém sabe muito bem é que não dispõe dos meios para se bater com honra, porque o Exército não tem preparação alguma, não possui armamento nem munições, nem material, nem uniformes, nem calçado (...) e a responsabilidade não é do Exército, é da monarquia que o deixou cair e dos republicanos que não souberam ou não o quiseram levantar”.

Quando os nossos militares do CEP chegaram a França passaram a usar capacete, que não tinham, receberam a espingarda britânica Lee-Enfield diferente da Mauser que tinham utilizado até essa altura, receberam ainda a metralhadora ligeira Lewis e a metralhadora pesada Vickers, que não conheciam.

É sempre oportuno a este respeito, recordar as palavras de S. Ex.^a o Presidente da República no seu discurso do 10 de Junho em 2014: “Pode dizer-se que os militares que foram para a Flandres e para África nada tinham senão a Coragem”. Esta é uma situação que as Instituições e a Sociedade Civil, não podem permitir que volte a acontecer, sendo necessário e indispensável denunciar tudo aquilo que possa contribuir para isso.

Não haverá encargo mais negativo e expressão de maior inutilidade, a par do carácter redutor em termos de liberdade de acção política, do que manter umas Forças Armadas obsoletas, incapazes de responder à garantia da defesa da soberania e de resposta aos compromissos internacionais que o país decide assumir e, neste domínio, ser no seio das Alianças e Organizações Internacionais a que pertença, não só um país membro dispensável, como também uma preocupação de segurança.

As Forças Armadas necessitam de investimento e de modernização como qualquer sector estruturante da nossa sociedade. Os hiatos no processo de planeamento e a deficiente ou não execução das Leis de Programação Militar agravam a situação, adiam projectos de modernização e acabam por exigir, mais tarde, a necessidade de maiores investimentos, por vezes em quadros político-militares de uma

necessidade urgente. O processo de reequipamento militar das Forças Armadas deve fazer-se garantindo o equilíbrio entre os Ramos, tendo em conta as disponibilidades financeiras do País e a sua dimensão estratégica, mas deve ser feito.

Hoje, as Forças Armadas, têm um pendor conjunto muito acentuado, a obsolescência de um ramo, compromete a eficiência e a eficácia operacional dos outros, não sendo possível ignorar que cada um deles actua em ambientes diversificados (Ar, Terra e Mar); que têm equipamentos específicos, sendo a Marinha e a Força Aérea intensivos do ponto de vista tecnológico e o Exército, não dispensando as novas tecnologias, intensivo em termos de recursos humanos. Esta constatação não dispensa a necessidade de uma exigência de modernização coerente em todos os ramos, indispensável para permitir também, uma actuação integrada com as forças militares congéneres, no seio da Aliança e das Organizações Internacionais em que participamos.

Evocar na atualidade o centenário da I Guerra Mundial constitui uma sentida homenagem a todos os combatentes portugueses que actuaram nos teatros africanos e europeu, aos seus familiares que sofreram a dor das baixas e a todos aqueles que receberam e cuidaram dos inválidos; foi o sacrifício de todos eles que permitiu que Portugal participasse, legitimamente, na Conferência da Paris, na defesa plena dos seus direitos.

Muito obrigado pela vossa atenção.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019)